

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PSICOLOGIA

A ENTREGA VOLUNTÁRIA E A CONTINUIDADE DO SER

Camile Biscola Do Vale Uzun (camilesocial@hotmail.com)

Renata Gomes Da Silva (renatagomessilva2002@gmail.com)

Vanessa De Paula Mondin Martins (vanessamondinmartins@gmail.com)

O presente estudo tem como objetivo principal analisar os relatos de mulheres que entregaram seus filhos para adoção, considerando múltiplas fontes de informação, como matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, registros institucionais e produções midiáticas. A pesquisa surgiu a partir da experiência profissional de uma das integrantes do grupo, assistente social atuante no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que frequentemente acompanha mulheres em situação de entrega protegida de seus bebês.

O interesse pela temática justifica-se não apenas pela relevância social do fenômeno, mas também pela necessidade de desconstruir preconceitos e estigmas que historicamente recaem sobre essas mulheres.

A entrega voluntária, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente desde 2009 e regulamentada pelas Leis nº 12.010/09, nº 13.257/16 e nº 13.509/17, constitui um procedimento legal que assegura à mulher o direito de decidir pela não permanência com a criança, garantindo atendimento humanizado, sigilo e direcionamento à Justiça da Infância e Juventude. Contudo, mesmo diante dessa regulamentação, a prática permanece cercada de tabus, julgamentos morais e desinformação, tanto por parte da sociedade quanto entre profissionais da rede de atendimento. É uma temática delicada e permeada por

implicações sociais, emocionais, jurídicas e históricas. Assim, este estudo busca contribuir para a compreensão mais ampla desse fenômeno, destacando sua complexidade e os diversos fatores que levam mulheres a essa decisão. social, racial e de gênero.

Além disso, essas mulheres vivenciam intenso sofrimento psíquico, expresso por sentimentos de ambivalência, culpa e medo do julgamento social e familiar.

Diante desse cenário, torna-se fundamental problematizar o “mito do amor materno”, desconstruindo a ideia de que toda mulher, independentemente de suas condições e contextos, deve obrigatoriamente desejar e estar apta a exercer a maternidade. Ao questionar o "mito do amor materno" (BADINTER, 1985) e abordar o direito das mulheres de decidir sobre a maternidade, este trabalho propõe reflexões sobre os aspectos sociais, psicológicos, jurídicos e históricos envolvidos na entrega voluntária.

Neste sentido, este trabalho enfatiza a importância da divulgação de informações que contribuam para humanizar o atendimento às gestantes que manifestam a intenção de entregar seus filhos à adoção. Ao trazer relatos de mães que realizaram a entrega voluntária entre 2021 e 2024, extraídos de mídias diversas como vídeos do YouTube, reportagens e obras literárias, a pesquisa visa lançar luz sobre as histórias reais que reverberam nos espaços interinstitucionais.

O estudo busca compreender as repercussões sociais dessa escolha, investigando de que forma essas mulheres enfrentam preconceitos, violências simbólicas e institucionais, além de analisar o impacto da exposição midiática de suas histórias na formação da opinião pública. A pesquisa também enfatiza a importância da divulgação clara e acessível sobre o procedimento, uma vez que a ausência de informação favorece a manutenção de práticas ilegais, como a chamada “entrega direta”, que fragiliza direitos e pode abrir brechas para situações de tráfico de crianças.

A problemática desta pesquisa está centrada na necessidade de ampliar o conhecimento sobre a entrega voluntária de filhos para adoção, tema ainda pouco explorado e compreendido. A relevância do estudo reside na produção de novos registros históricos e no aprofundamento do entendimento sobre as experiências vividas pelas mulheres que optam por essa decisão.

Ao dar visibilidade a essas trajetórias, a pesquisa contribui para sensibilizar a sociedade e promover a disseminação de informações que favoreçam o enfrentamento de estigmas e a construção de práticas mais humanizadas.

Além disso, será abordado o papel da psicologia no acompanhamento das mulheres que optam por essa entrega, oferecendo suporte emocional e orientações durante o processo.

A partir do estudo realizado sobre a entrega voluntária para adoção, foi possível compreender a relevância da informação clara e acessível sobre essa prática, ainda marcada por tabus e desinformações. Por meio da análise de relatos de mulheres que vivenciaram essa experiência, foi possível identificar as motivações que permeiam essa decisão, contribuindo para desmistificar a ideia equivocada de que tais mulheres são desumanas, negligentes ou irresponsáveis. Ao contrário, seus relatos revelam escolhas dolorosas, porém conscientes e fundamentadas em contextos de extrema vulnerabilidade social, econômica e emocional.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, ficou evidente que, além das questões burocráticas e legais envolvidas na entrega protegida, o papel da Psicologia vai além da escuta acolhedora. É responsabilidade do profissional da área também promover o debate público e institucional sobre a temática, contribuindo para que a entrega voluntária seja compreendida como um ato legítimo, ético e, não como abandono ou crime. Trata-se da concessão de um novo início: da mãe que, ao optar pela entrega, ressignifica sua experiência; da criança que terá a chance de ser acolhida em uma nova família; e dos pais adotivos, que constroem novos vínculos e histórias.

Os resultados evidenciam que as decisões pela entrega são multifatoriais, influenciadas por condições econômicas, sociais, emocionais e culturais. Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam para o crescimento da procura pela entrega legal no Brasil, com aumento expressivo de registros entre 2019 e 2024, o que reforça a urgência de ampliar políticas públicas de acolhimento e acompanhamento. As narrativas analisadas demonstram que, quando realizada de forma protegida, a entrega possibilita não apenas uma adoção mais célere e segura, mas também a proteção emocional da mulher e da criança envolvida.

Na discussão, destaca-se a relevância de garantir o direito à memória dessas mulheres, o fortalecimento da rede de apoio, a necessidade de combate às múltiplas violências enfrentadas no processo e o papel estratégico da

Psicologia, em especial dos psicólogos judiciários. Tais profissionais, ao atuarem de forma ética, empática e técnica, podem ressignificar a experiência da entrega e contribuir para que ela seja reconhecida como um ato de responsabilidade e cuidado, e não como abandono.

O estudo conclui que a entrega voluntária deve ser compreendida como prática legítima e humanizada, que assegura direitos, previne o abandono e cria novas possibilidades de vínculos afetivos. Ao valorizar suas narrativas e garantir o respeito às suas escolhas, a sociedade avança na construção de práticas mais justas, inclusivas e empáticas.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 02 de maio de 2024.

_____, CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Manual sobre Entrega Voluntária, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/manual-entrega-voluntaria-23-05-09.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2009.

PEDRUZZI, Daniela Torres Gonçalves Santos.; NEVES, Anamaria Silva. Entrega Voluntária à Adoção: Os Alcances da Escuta Psicanalítica a uma Gestante Vítima de Estupro. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 24, 12 jan. 2024.

Palavras-chave: entrega protegida; maternidade; adoção psicologia; parentalidade.